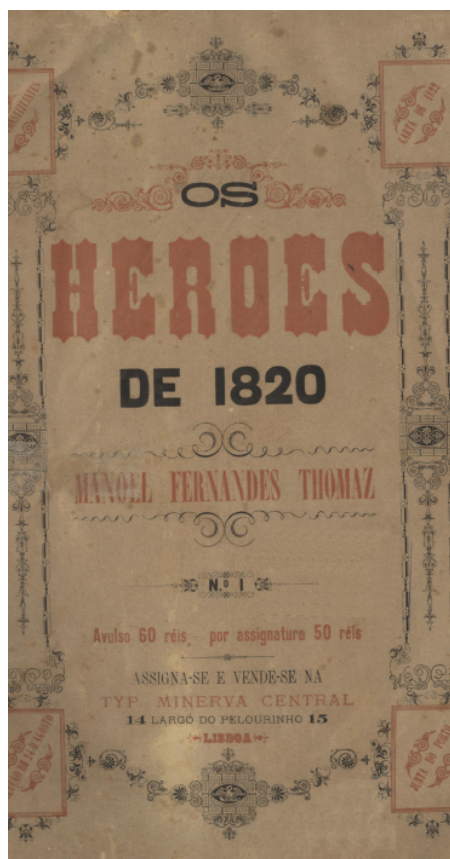
IN MEMORIAM MANUEL FERNANDES TOMÁS

BOLETIM DA BIBLIOTECA MAÇÓNICA DO BAIXO MONDEGO

200 ANOS DO FALECIMENTO DO PATRIARCA DA REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1820

Manuel Fernandes Tomás foi a "alma e o cérebro" do levantamento regenerador de **24 de Agosto de 1820**, na cidade do Porto, memorável página do nosso primeiro liberalismo político. A coerência do seu pensamento, a superioridade e eloquência do seu saber, a sábia palavra que a todos iluminava, são testemunhos insuspeitos para laurear o seu nome entre os **Homens de 1820** e esculpir uma página mais à "história das idades".

Manuel Fernandes Tomás faleceu no dia **19 de Novembro de 1822**: uma vida de probidade e integridade, um pensamento político e obra pública notável, materializada nos ideais de liberdade, justiça e luta contra o despotismo. E foi assim na cidade do Porto quando organizou um grupo de amigos da verdade e da liberdade à volta de uma associação patriótica, denominada **Sinédrio**. E, depois, quando plantou uma semente mais do edifico do primeiro liberalismo pátrio, a **Constituição de 1822**.

Isto é, o exemplo benemérito e civilizador de **Manuel Fernandes Tomás** deve ser rememorado, merece ser evocado no dia do seu passamento. Vale!

A **Biblioteca Maçónica do Baixo Mondego**, no Bicentenário do Falecimento de Manuel Fernandes Tomás, presta Homenagem à memória do **Patriarca da Revolução**, ilustre regenerador vintista e marca presença para honrar as suas virtudes morais e cívicas, prestando neste dia todo o nosso desvelado amor para com o "zeloso defensor dos direitos e liberdades da pátria". **Assim o saibamos merecer!**

Porque, como **Manuel Fernandes Tomás**, dizemos bem alto: "Se os direitos que o homem tem no estado da natureza são os da suma liberdade, se esta liberdade se lhe coarcta quando entra no estado da sociedade, é certo que, pretendendo-se opor limites maiores a esta liberdade que aqueles que o homem conveio que se lhe pusessem, necessariamente há-de resistir contra quem, querendo-lhos pôr, lhe tira uma parte dos seus direitos".

Viva a Revolução Liberal de 1820.
Viva a Constituição de 1822.
Honra a Manuel Fernandes Tomás!

Primeira pagina de um manuscripto existente na Bibliotheca do Grande Oriente Lusitano (1823)

NUM. 265. 1822.

SUPPLEMENTO A' BORBOLETA.

DOMINGO 24 DE NOVEMBRO.

O Grande,
O Incomparavel Patriota
MANOEL FERNANDES THOMAZ,
PATRIARCA
DA REGENERAÇÃO PORTUGUEZA,
Natural da Villa da Figueira
Aonde nasceo em 1771,
Falleceo em 1822
Na Corte de Lisboa.
Era Desembargador
Da Relação e Casa do Porto,
DEPUTADO
DAS CORTES GERAES, EXTRAORDINARIAS E CONSTITUINTES,
REELEITO
PARA AS SEGUINTES CORTES ORDINARIAS
Por quatro Divisões Eleitoraes.
Sendo o primeiro movel
DAS LIBERDADES PATRIAS,
E o primeiro Deffensor
Dos Direitos Constitucionaes,
MORREU,
Victima de assíduos trabalhos
A Bem de seus Concidadãos.
Novo Pacheco,
Depois de ser hum dos Esteios
DA MONARQUIA PORTUGUEZA,
Acabou Pobre
Como Elle: mas como Elle
Não morrerá,
Vivendo sempre com Gloria
Nos Annaes
Da Historia Portugueza.

MFT - CRONOLOGIA

1771 – Nasce na Figueira da Foz, a 31 de Julho.
1784 – Publica-se, na Universidade, um poema mordaz, "O Reino da Estupidez", que ridiculariza o Principal Mendonça (D. José Francisco Miguel António de Mendonça). O escrito é atribuído ao estudante de medicina Francisco de Melo Franco (segundo outros seria de António Ribeiro dos Santos).
1785 – Frequenta MFT o Seminário de Coimbra e depois (com 14 anos) o curso de Filosofia na Universidade de Coimbra, com manifesta influência do seu tio (reitor do Seminário de Coimbra) Ricardo Fernandes Tomás.
1786-1790 – Inscrito em Leis (1786-88), Matemática (1787-88), Cânones (1788-1791). Bacharel. Foi possível aluno de Pascoal de Mello Freire e de Ricardo Raimundo Nogueira.
1791 – Formado em Cânones. Eleito almotacé do município da Figueira (29 de Dezembro) para os meses de Janeiro a Março de 1792. Faz estágio em Lisboa.
1792 – É nomeado síndico da Câmara e procurador Fiscal do Município e Vereador da Câmara da Figueira.
1798 – Exerce a função de vereador da Câmara e, nessa qualidade, é preso pelo juiz de Fora, José Fortunato de Brito, a propósito de uma questão do foro jurídico. Salva-o da prisão o poderoso ministro José de Seabra da Silva, de quem seria amigo.
1801 – Ingressa na magistratura, sendo nomeado Juiz de Fora da vila de Arganil, com apoio do bispo de Coimbra e conde de Arganil, D. Francisco de Lemos, um dos escolhidos por Junot, em 1808, para fazer parte da deputação a Napoleão.
1803 – Possivelmente iniciado na maçonaria, em Coimbra (?).
1804 – Superintendente das Alfandegas e dos Tabacos das Comarcas de Aveiro, Coimbra e Leiria. Estabelece importantes relações pessoais em Aveiro, originando uma futura ramificação da associação Sinédrio na cidade e, talvez, uma loja maçónica.
1806/7 –Casa com D. Maria Máxima da Cruz Rebelo, cujo pai era o importante advogado, Francisco da Cruz Rebelo.
1808 – Reside na sua quinta da Alegria (Alhadas). Após o desembarque inglês no Cabedelo é chamada para o cargo de fornecimento de alimentos e aprovisionamento das tropas e na 3ª e última invasão tem o cargo acrescido de Superintendente dos Abastecimentos do Exercito anglo-português. É nomeado Provedor da Comarca de Coimbra. Nasce o seu filho Roque Joaquim Fernandes Tomás.
1810 – Nasce o seu filho Manuel Joaquim Fernandes Tomás
1811/16 – É nomeado Desembargador da Relação e Casa do Porto, cargo só exerce em Fevereiro de 1816. Entretanto vive na Figueira e em Coimbra até 1816. É nomeado juiz conservador da Nação britânica, em Coimbra. Em 1814, publica as Observações sobre o discurso de Lobão e depois o Reportório Geral das Leis Extravagantes (1815 - 1819).
1816 – É o principal impulsionador da associação secreta, Sinédrio (22 de Janeiro), na cidade do Porto.
1817 - Chamada conspiração ou revolta (Julho) do general e Grão-Mestre do GOL, Gomes Freire de Andrade, de que resultou a sua infame execução (18 de Outubro).
1820 – Pronunciamento militar e Revolução Liberal a 24 de Agosto. Redige o Manifesto da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Ocupa o lugar de Ministro dos Negócios do Reino e da Fazenda. Demite-se no golpe da Martinhada, que fracassa. Publica a Carta do Compadre de Belém ao redactor do Astro da Lusitânia.
1821 – Cortes Constituintes. Apresenta o Relatório sobre o estado e administração do reino e propõe uma comissão para redigir uma proposta de Constituição. Juntamente com José Joaquim Ferreira de Moura redige o periódico O Independente. D. João VI regressa do Brasil. Documentos impressos dão-no como venerável da Loja Patriotismo de Lisboa.
1822 – Aprovada a Constituição (23 de Setembro). Publica, sob anonimato, o folheto, Lutero, o padre José Agostinho de Macedo e a Gazeta Universal. Morre em Lisboa, a 19 de Novembro, pelas 22,45 horas, o Patriarca da Liberdade.